

UNB E AS OCUPAÇÕES DE 2016: impressões de uma epopeia

Gilberto Tedéia

Docente de Filosofia Política - UnB

“nossos inimigos continuam os mesmos e as aparências não enganam não”

Resumo: a tese a ser defendida no texto é de que, ante o andamento das coisas em escala nacional, não é permitido meio-termo ou fraseologias indignadas apenas. O apoio ao projeto de destruição das políticas públicas traveste-se de colaboração com o andamento das coisas como se nada estivesse acontecendo. Contra esse “andamento normal” surgiram as ocupações na UnB às vésperas da votação de uma PEC que, afinal aprovada, é o pior ataque à educação pública jamais sofrido.

Palavras-chave: ocupação – políticas públicas – conformismo e resistência – realismo político.

Abstract: The thesis in the text is: in the face of the progress of things on a national scale, no meanings or indignant phraseologies are allowed. Support for the project of destruction of public policies was a collaboration with the progress of things as if nothing was happening. Against this “normal course”, the occupations in UnB appeared on the eve of the voting of a PEC that, finally approved, is the worst attack to the public education never suffered.

Key-words: occupation - public policies - conformism and resistance - political realism.

Sem a pretensão de esgotar o tema “ocupações”, o texto a seguir guarda a forma de Ensaio que repõe algo dos debates tecidos pelo autor com diversos membros do Grupo de Ética e Filosofia Política da UnB e com as intervenções que tiveram lugar nas Rodas de Conversa abertas, semanais, no fim de tarde das quintas-feiras, na frente da Banca do Chiquinho, no ICC-Norte, Rodas tocadas pelo que foi a primeira fase do Coletivo Alarme de Incêndio. Ambos esses coletivos, o Grupo de Filosofia Política e o Coletivo Alarme, são

constituídos em sua maioria por pessoas às voltas com o curso de Filosofia da UnB. Merece referência entre os débitos a serem assumidos aqui o diálogo com um ou outro membro desse curso, com destaque para a professora M.C.P.de Almeida, que, junto com os discentes Lucas e Michelly, em muito contribuíram, pelo que concordavam ou discordavam, com o que o autor acabará expondo abaixo. Especial agradecimento aos professores Priscila, André e Alex, pelos debates tocados nas suas falas dos debates das quintas ou publicações na Internet. A todos, meu obrigado pelas sugestões, e minhas desculpas pelas leituras equivocadas ou distorções que eu imponha em proveito de minhas leituras no que se segue, tecido sem qualquer pretensão de esgotar o assunto.

I – Irrupção dos Brancaliones contra o horizonte cerrado

A "realidade material" do que se passa por política educacional no país mostra a sua captura por "pistoleiros amestrados" contra a qual, entre as diversas formas de resistência, as notas a seguir se voltam para uma delas, as ocupações dos equipamentos públicos, em particular, de alguns prédios, pavilhões e salas de aula na UnB, como parte de um gigantesco movimento em escala nacional de resistência à PEC 241, afinal aprovada, que, ao congelar os investimentos em áreas como a educação, condena à extinção a ideia mesma de políticas públicas e deu por encerrado o ciclo aberto em 1985 com a Nova República, e morre de morte matada o modelo de governabilidade marcado pela conciliação de classes que durou parcos trinta anos entre mais trancos que barrancos. A guerra foi declarada, e as ocupações foram o penúltimo capítulo de uma história cujo desfecho foi a derrota.

De saída, a Ocupação em si é uma atividade política que mostra o tamanho da vacuidade dos que negam algo como a sua “utilidade” como estratégia de luta ou mobilização. Contra

Gilberto Tedéia

a ocupação se levantou a turma do “*para que isso?*”. Não foram poucos os professores e departamentos defensores da busca, pela e na universidade, de modelos de ação responsáveis regidos pela sensatez contida na lógica do gestor público. Uma minoria de colegiados conseguiu se contrapor à pauta que restringe a “Construção da Universidade” à somatória de resoluções, comissões, colegiados e câmaras.

A recepção da ocupação pelo contingente de “defensores da normalidade” entre os que trabalham na universidade mostrou serem poucos os que se propuseram, dada a facticidade da ocupação, a dar um salto, ainda que apenas simbólico, mediante moções de apoio que fossem, para além da cotidiana extração do máximo de possibilidades produtivas, mensuráveis quantitativamente em números de aulas, atividades extra-sala e afins. Insistiram todos em seguir normalmente com as atividades docente, assumindo-se em ato, sob o lema da “defesa da neutralidade”, algo como a “construção da universidade que queremos” como algo restrito a atividades que viabilizem o aumento dos índices de avaliação e nota junto aos organismos reguladores.

A cenoura perseguida pelos defensores da sensatez é desqualificada pelos que ocupam a Universidade: a sensatez é antes um restringir-se, com desproporcional sofreguidão, à disputa pelo uso dos farelos de recursos destinados à universidade. Os sensatos despolitizam a leitura do ataque sofrido pela educação de modo geral, e pela universidade pública em especial, quando seguem sua lógica focada no “andamento normal das coisas”. Nesse compasso, não tardaria o momento em que defendam a cobrança de taxas, mensalidades, anuidades e afins, pois – suspirarão resignados e como de hábito também docemente indignados – é preciso manter a universidade funcionando.

Teve lugar então a Ocupação. O que fazer com ela?

Seu cotidiano foi marcado por debates que questionavam a lógica mesma das implicações econômicas da gestão das políticas públicas na área da educação.

E o fez destacando os contornos políticos das diretrizes, tanto as postas pelo Estado quanto as presentes no que se passava por opinião “publicada” na grande imprensa, que tratam a educação como um mero comércio que devesse dar lucro no final, sob a lógica normativa monetarizante de uma pequena empresa familiar qualquer.

Outro aspecto a ser destacado é como o cotidiano das ocupações foi marcado por provocações sobretudo de aggroboys em SUVs durante a madrugada.

Não poucas tampouco foram as dúvidas no interior dos diversos coletivos acerca do andamento e organização das atividades da ocupação. Destaque-se, por fim, o esvaziamento progressivo dos debates a enfrentar o risco de tudo desaguar no mero “ocupar por ocupar” que marcou seus últimos dias.

Tudo somado, a Ocupação-2016 da UnB foi um gigantesco experimento coletivo acerca das dimensões organizacionais e de apoio aos que ocuparam esses espaços dia e noite com seus corpos, seus debates, suas aulas abertas.

Uma das dúvidas sempre foi: haveria alternativa que não a ocupação? Como lidar com a possibilidade de seu esvaziamento de sentido, sobretudo após consumada o dia da votação? Como não perder de vista o horizonte maior, que seria todo o trabalho de mobilização e conscientização coletivas que tiveram como ponto de partida a luta contra a lei que deceparia o uso de fundos públicos com outras prioridades que não a valorização de títulos do mercado financeiro?

Gilberto Tedéia

Sob esse recorte, uma primeira certeza emergiu: podia-se até acusar a ocupação da UnB de, no seu começo, ter sido uma reação anárquica de um grupo minoritário. Mas rapidamente ela se avolumou, e não só pela ampliação dos territórios ocupados, como também no âmbito dos apoios, com destaque para os posicionamentos dos docentes dos cursos de letras, educação e mais um ou outro curso.

Os ocupantes eram tanto jovens pequeno-burgueses, quanto os precarizados suburbanos. Merece menção o forte apoio em sua composição de discentes empobrecidos de todos os quadrantes sociais e territoriais do Plano Piloto, de suas periferias e do seu Entorno (modo acintoso como é nomeado o conjunto de cidades-dormitório goianas que se somam aos bolsões de mão-de-obra barata do setor de serviços do Plano).

Aos quadros de CAs e simpatizantes do movimento estudantil em geral, somaram-se parcelas militantes e pautas identitárias várias, como as feministas, LGBTs, movimentos negros e quilombolas, indígenas *and so on*.

O que os uniu? O movimento formado por tais diversos coletivos e estudantes comprometeu-se com a luta contra o desmanche das conquistas aportadas à universidade nos 14 anos da governabilidade lulo-dilmista. Esse cenário foi o ponto de partida do conjunto antissistêmico de discussões, embates, jornadas, rodas de conversa, aulas públicas, exposições, podcasts, documentários produzidos durante a ocupação.

A meta foi a elaboração de um discurso que expressasse os impasses atravessados pela Universidade como um todo.

A formulação dessa “voz política coletiva” foi a via encontrada pelos setores da UnB que se propuseram resistir ao esbulho nas áreas de educação e saúde.

A aglutinação dos descontentes foi facilitada por ser um gesto de resistência contra um governo ilegítimo que se apossou da cadeira presidencial e colocou em prática, em todas as frentes, a pauta derrotada pelo governo que teve tungado seu mandato.

Entre todos os participantes, um consenso: sabiam estarem às voltas com um monstro engendrado a golpes de tacape midiático-togados.

Todos eram sabedores, portanto, da fragilidade dos passos dos defensores do arrocho, mas ao mesmo tempo reconheciam tratar-se de calculado movimento de retorno de uma trama tecida pelos derrotados de 2002, disfarçada de pauta conjuntural de enfrentamento de crise fiscal do Estado.

Todos sabiam que os agentes do ataque aos fundos públicos para fins de políticas sociais compensatórias ou anticíclicas valiam-se de tecnicidades há muito defendidas e praticadas, suspensas no interlúdio 2003-2016, e cujo retorno à ordem do dia abriu as portas do inferno do desmanche em todas as frentes que se seguiu.

As ocupações inseriam-se como parte de uma trama de desfechos imprevisíveis, avaliava-se à época.

A disputa era, pois, para reverter o placar da votação e derrotar as emendas constitucionais, a começar da especialmente voltada contra a Educação Pública.

Foi derrotada. E, com a aprovação das tais medidas, iniciou-se de vez o ciclo de redução a pó, para alegria de vários recém-convertidos à euforia golpista, da dimensão cidadã da Constituição de 1988.

Destaque-se que a sua aprovação foi em 13 de dezembro, semanas após as dezenas de ocupações em instalações educacionais por todo o país, na mesma data em que, em 1969, o

Gilberto Tedéia

país acordava sob o AI-5. Ademais, o que tampouco foi uma coincidência, a votação teve o mesmo placar e votantes da sessão em que tungaram o mandato presidencial meses antes.

Quanto ao recorte das questões postas à universidade, o rolo compressor da PEC congela o futuro de várias dimensões ligadas às políticas sociais em educação e saúde, ciência e tecnologia. Reduz à irrelevância uma das poucas áreas ainda com algum protagonismo estatal na preservação e implementação de garantias e direitos fundamentais passíveis de serem universalizados.

De resto, os hipopótamos escondidos sob o tapete pelos golpistas, mediante jogo de palavras a dissimular os custos reais que tais medidas acarretam, desafia a imaginação.

O vale-tudo instalado com essas medidas soma-se à dinâmica de desmanche institucional, econômico e geopolítico de um território que quase virou Estado-Nação sob a governança anterior e, por isso mesmo, arremessado de volta à condição de colônia, sob a forma a mais cruel e predadora de se tecer essa relação, visando à canibalização de seus recursos – coisas e gentes – pelos interesses do grande capital e do Grande Irmão do Norte.

O pacote de privatizações tocado a golpe meses depois não deixa margens a dúvidas quanto à dimensão de recolonização subalterna do território nacional. Os vencedores os saúdam, alvíssaras!

II – Idílio Contestatório ante objeções crítico-realistas

Em um misto de realismo e senso crítico sobrepostos, dentre as objeções usualmente levantadas contra as Ocupações como estratégia de luta e mobilização política, destacam-se:

1. *A inconsistência e não-representatividade política do processo que deflagra a ocupação, uma decisão quase secreta de um pequeno grupo de alunos que ocupam o BSA-Sul não representaria a vontade da maioria dos alunos.* Contra tal leitura, nada como um pouco de olhar sobre a própria lógica de qualquer movimento a envolver intervenção direta na gestão de um equipamento público: a cobrança de elaboração consensual desse tipo de ação desdenha das resistências e obstáculos que travam qualquer ação nesse sentido, e não apenas os legais, mas sobretudo os levantados pelos defensores do imobilismo apassivante expresso em juízos como “enquanto o boi não chifrar o traseiro, sigamos normalmente com o andamento das coisas”.

2. *Ações desse perfil são condenadas ao fracasso e nada angariam em termos de conquistas para o movimento de lutas.* Os que defendem esse ponto de vista se dizem realistas, mas tampouco identificam quais seriam as ações políticas com potencial efetivo de mobilização que não as voltadas ao enfrentamento, às ocupações, aos bloqueios de estradas ou greves, dentre tantas formas de resistência ativa e organizada, que poderiam não apenas chamar a atenção da opinião pública, como servirem de instrumento de pressão popular contra o desmanche em curso de políticas públicas voltadas para o andar de baixo da sociedade. Trata-se, então, de um realismo desmobilizador que se satisfaz com três coisas: textões nas Redes Sociais, abaixo assinados no Avaaz e muxoxos de descontentamento com a cabeça no travesseiro, e suas respectivas variáveis, que vão de frases indignadas em grupos de Whatsapp ao uso de substâncias relaxantes ao fim do dia em busca de formas de torpor supostamente restaurador de forças, em comum a todos: no dia seguinte seguem tocando a vida normalmente como se nada estivesse acontecendo.

Gilberto Tedéia

3. *Ocupar as salas de aula só prejudica o usuário do equipamento, no caso, o aluno.* O defensor desse ponto de vista costuma ser estigmatizado como “coixinha” ou “direita”. Pouco importa, o que interessa aqui é informá-los que, pelo contrário, ao interromper a “normalidade discente”, incluindo aí os prazos de conclusão de cursos ou as viagens de férias de verão, somente assim que muitos “usuários” se darão conta de que (3.1) o que estão a “usar” está com os dias contados, pois em uma ou duas gerações, (3.2) dado o horizonte de precarização e privatização da Universidade, (a) setores sociais inteiros terão barrado seu acesso a tal “uso”; (b) a qualidade do que se oferece terá um perfil muito diferente do atual, tendendo, (c) na melhor das hipóteses, à sua captura pela lógica de alguns setores produtivos extrativistas e de baixa inversão tecnológica de transformação de produtos primários, ou tendendo (d), hipótese mais provável, ao desmanche de áreas inteiras de ensino, pesquisa e extensão universitária. Diante desse quadro, (3.4) insistir no “uso” como se nada estivesse acontecendo esconde a cumplicidade com o modelo de universidade e pesquisa que se impõe mediante o corte de verbas.

4. *Com a ocupação, a Universidade interrompe seu funcionamento graças a uma ação que em nada incomoda o governo.* É muito curioso saber o que incomodaria, nos termos desse juízo “crítico crítico”, um governo que destrói de modo deliberado a autonomia da universidade na gestão de seus recursos, (4.1) ao negá-los/cortá-los/contingenciá-los/congelá-los, e (4.2) ao negar a ideia mesmo de universidade quando decide destruir as políticas de universalização ao acesso ao nível superior público e de qualidade. Afinal, (4.3) será que os “críticos críticos” gostariam que levássemos pudins à dona Marcela Temer, em um civilizado Chá das Cinco, e discutíssemos todos o futuro do

Michelzinho com interessado apreço pelo seu futuro?

5. *Temos de criticar de modo radical o esquerdismo das ocupações como doença infantil dos movimentos sociais em geral.* Esses são os que desqualificam de modo “crítico crítico” as ocupações. A eles perguntemos: qual é o tipo de ação a incomodar então o governo e o mercado os senhores propõem? Seria talvez seja alguma mágica, mas inexistente, mobilização geral indignada que tome as ruas? Como inexiste mágica, fantasia, ilusões nos reinos “críticos críticos”, paciência, mais alguns muxoxos e sigamos tocando a vida rumo ao matadouro? Claro que não lhes bastam muxoxos, restam-lhes prazos, liberações residuais de verbas e, *last but not least*, seguir tocando a engorda dos seus respectivos Lattes, pontuações do departamento, avaliação da Capes, afinal as verbas são tão poucas, né, melhor não perder tempo com besteiras juvenis que nada acrescentam.

6. *Precisamos limitar a ação de luta aos marcos do Estado de Direito.* Na dúvida, esses são os que não titubeiam em criminalizar, estigmatizar e perseguir dia e de noite, com *fake news* sempre que preciso, mas também com bombas e leis antiterroristas, leis de segurança nacional, estatutos da universidade e afins, pouco importa serem resíduos da Ditadura anterior ou não, e perseguir não apenas os diretamente envolvidos, mas qualquer sinal de apoio, direto ou tácito, às ocupações.

III – Conquistas entre metros a milhas

O saldo ofertado por tantos críticos realistas de diversos matizes políticos, mera negação da negação que é a Ocupação, fornecido como restos de seus posicionamentos e pautas que

Gilberto Tedéia

defendem, é o apoio direto ao *status quo* e a perseguição direta aos que o neguem. Fosse outra a quadra histórica, e seriam conhecidos como “adesistas”, “pelegos”, “traidores do movimento de luta”, “privatistas”.

Não se pode esquecer o patamar de problemas que exige lidar com o alcance mesmo da resistência que se constrói mediante a *mera* ocupação das unidades educacionais. Nesse caso, trata-se de reconhecer que *ficar só nisso* é condição para uma derrota sem conquistas.

Tudo começou na capital paulistana, como reação ao fechamento de unidades escolares pelo eterno grão-tucano que os (des)governa desde que minha filha aprendeu a andar, e hoje ela é graduada em psicologia.

Por outro lado, os indignados antiocupações também participaram, como podiam, da vida política: (1) sentaram-se à frente da TV acompanhando o que se passe por Voz do Brasil de turno, indignados como sempre com “o que é dado ao povo saber” (talvez eles se vejam como nórdicos distantes enquanto soltam seus muxoxos indignados com a inércia que os cerca, da qual e contra a qual nada têm a ver); (2) quando partes inteiras da UnB estavam há semanas ocupadas, o país mobilizando-se de ponta a ponta em caravanas rumo à pujante capital da república bananeira, o que faz a entidade sindical docente em assembleia? A AdUnB evita a adesão da categoria mediante greve sumindo com os votos de uma das urnas (já foi encontrada?); (3) no nosso terreiro, não podemos esquecer os docentes que simplesmente seguiram normalmente o cotidiano acadêmico nos locais sem ocupações e fim.

Para os três tipos acima, a universidade é uma miragem.

Como ocupar uma miragem? Como se ocupar de uma fantasia? Como desocupar uma alucinação? Como alucinar uma unidade?

Como fantasiar uma resistência? Como os dedos de uma ventania aspiram o silêncio das horas? Como silenciar a ignorância das certezas? Quais militâncias fermentam o vermelho noturno dos temerosos decretos de um não bem-vindo “deserto do real”?

Nesses diferentes dias idos de que se fala aqui, antes de tudo, destaca-se a maioria composta pela serena idade de jovens universitários a induzir estilos, a ocuparem semanas, a comportarem narrativas, funcionalistas ou encenadas, combativas ou apocalípticas.

Muitos foram os relatos impacientes ou coniventes, as visadas solteiras de tão solipsistas ou comprometidas com práticas coletivizantes, grávidas de desejos potentes ou ressecada pela esterilidade que se recusa imaginar possíveis futuros outros, niilista quase.

Tivemos dias, horas, noites abertas a propostas ou a trocas de ideias e práticas regadas a verve crítica ou encharcadas de resignado paroxismo dogmático.

Sob a terra arrasada do pensamento único, nas ocupações floresceram sujeitos políticos prenhes de propostas de interação ou só meramente reativas, ocupados todos em retratar o estado de coisas ou a estabelecer novos códigos e abordagens.

Desintegrado que foi o ideal normativo de uma vida social que integre, quase em harmonia pré-estabelecida, os farelos da capengante governabilidade tecida a sangue e silêncios desde o advento da Nova República, as ocupações, embora não sejam uma novidade, ocupam alguns metros para denunciar as milhas impostas na longa marcha que se abre com o novo período de gestão das populações.

Trata-se de recusar a paga dada a cada Severino dessa vida sem futuro.

Gilberto Tedéia

Trata-se de o que resta de mobilização política dos jovens cujas expectativas restaram erodidas.

De desmascarar o que foi exposto com as tais reformas: a nudez política que nos transforma a todos em não-sujeitos a sermos todos negados pelo rolo compressor de “reformas” que destroem o pouco de tudo que foi a duras penas conquistado sob o metro do pacto civilizatório tecido aos trancos e solavancos desde os anos trinta do século XX.

Trata-se de um gesto de resistência possível buscado por carnes matáveis de militâncias as mais diversas, identitárias ou clássicas, a gritar ao mundo a defesa da Universidade como o espaço simbólico da troca desinteressada de conhecimento,

Trata-se de defender a sensibilidade política marcada pelo caos da injustiça que se recusa a deixar de ser presente.

De denunciar a castração de gerações inteiras por um modelo de futuro atravessado, de saída, por 20 anos de gelo e cinismo privatizador, entreguista e degradante,

De denunciar essa piscadela de olho com a morte de histórias a serem jamais escritas ou vividas, como se depois fosse possível escrevê-las ou vivê-las assim que essa sentença de morte depois se recolhesse à caverna de onde jamais deveria ter saído.

Trata-se de se opor a um código de condutas políticas apassivadas bem estabelecidas e pacificadas em corações e mentes graças à fórmula mágica do melodrama tingido de "assim não pode ficar" que basta ser enunciado como fraseado indignado ao qual nada se segue.

Trata-se de reconhecer que a ocupação dos espaços e interrupção das atividades contracena com hipocrisia de personagens à espera do ataque do boi para se mexerem, sentados no

vazio da inação resignada, dos dedos cruzados à espera do final do semestre para se diplomarem enquanto tudo não para ou à espera do edital liberando verba para aquele evento bom para novas páginas Lattes, como houvesse afinal ao depois disso tudo, depois desse segue sendo, houvesse algum seguir porquê.

Aos que duvidam dessa estratégia, em apoio a tamanho realismo crítico, proponho avançarmos e partirmos para a ocupação de fato do que afete o andar da carruagem, a começar do Banco Central, passando pelos Tribunais todos, sem esquecer as sedes de impérios midiotas globais e assemelhados. Quando então será preciso de fato clareza para as providências a tomar que instaurem uma nova sociedade, regida pelos interesses dos que de fato trabalhem e carregam o piano da riqueza alheia nas costas, mas essa é a história do homem tal como a conhecemos. Mas essa é uma outra História.